

AGRADECIMENTOS

Desejamos e damos as nossas parabéns ao autor, Fabiano Pimentel, pela
 publicação de sua obra, "Tutela Antecipada em Revisão Criminal", em
 comemoração ao aniversário de 50 anos da criação do Curso
 de Direito Criminal da Universidade Federal de Pernambuco, sob a
 orientação do Professor Doutor José Carlos de Almeida Filho, Presidente
 do Conselho de Administração da Universidade Federal de Pernambuco,
 e do Professor Doutor José Carlos de Almeida Filho, Diretor de Ensino,
 e do Professor Doutor José Carlos de Almeida Filho, Diretor de Graduação,
 e do Professor Doutor José Carlos de Almeida Filho, Diretor de Pós-Graduação,
 e do Professor Doutor José Carlos de Almeida Filho, Diretor de Extensão,
 e do Professor Doutor José Carlos de Almeida Filho, Diretor de Pesquisa,
 e do Professor Doutor José Carlos de Almeida Filho, Diretor de Serviços,
 e do Professor Doutor José Carlos de Almeida Filho, Diretor de Administração,
 e do Professor Doutor José Carlos de Almeida Filho, Diretor de Planejamento,
 e do Professor Doutor José Carlos de Almeida Filho, Diretor de Avaliação,
 e do Professor Doutor José Carlos de Almeida Filho, Diretor de Qualidade,
 e do Professor Doutor José Carlos de Almeida Filho, Diretor de Inovação,
 e do Professor Doutor José Carlos de Almeida Filho, Diretor de Sustentabilidade,
 e do Professor Doutor José Carlos de Almeida Filho, Diretor de Comunicação,
 e do Professor Doutor José Carlos de Almeida Filho, Diretor de Relações
 Institucionais, e do Professor Doutor José Carlos de Almeida Filho, Diretor
 de Assessoria Jurídica.

FABIANO PIMENTEL

TUTELA ANTECIPADA EM REVISÃO CRIMINAL

2ª edição

Ampliada, atualizada e revisada



EDITORA
CONSULEX

BRASÍLIA-DF
2014

FABIANO PIMENTEL

Doutorando e Mestre em Direito Público pela UFBA. Professor de Direito Processual Penal da Universidade do Estado da Bahia. Professor convidado do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Universidade Federal do Tocantins. Professor convidado do Curso de Pós-Graduação em Direito Tributário da Universidade Federal da Bahia. Conselheiro Titular da OAB/BA. Membro do Instituto dos Advogados da Bahia – IAB. Conselheiro da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas ABRACRIM, integrando o Conselho da Advocacia Criminal Brasileira na Bancada da Bahia. Membro efetivo do Instituto Baiano de Direito Processual Penal – IBADPP. Membro da *Association Internationale de Droit Pénal* e da *Association Française de Droit Pénal*. Advogado Criminalista.

Diretora e Editora: ADRIANA ZAKAREWICZ

Direção Gráfica: JOSÉ TENÓRIO P. DE BRITO

Projeto Gráfico e Capa: ANDERSON BARBOSA DE LIMA

Revisão: CARMEM LÚCIA A. DIAS

Diagramação: CHARLES AUGUSTO

2ª edição: 2014

ISBN: 978-85-88551-81-7

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

QUEM vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior.

O TITULAR, cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada, poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível, nos termos da Lei nº 9.610, de 19.02.98.

EDITORA CONSULEX

SHIS QL 6, CONJUNTO 4, CASA 2, CEP 71620-045, BRASÍLIA-DF

TEL. (061) 2104 1277 FAX (061) 2104 1278

www.consulex.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 21

Algumas palavras à guisa de prefácio, 23

PREFÁCIO, 27

PRÓLOGO, 31

1. INTRODUÇÃO, 37

2. O ACESSO À JUSTIÇA E O DIREITO FUNDAMENTAL A UM PROCESSO PENAL SEM DILAÇÕES INDEVIDAS

2.1 Introdução, 41

2.2 Conceito de direitos fundamentais, 44

2.3 Sobre o valor justiça, 50

2.4 Acesso à justiça como um direito fundamental, 52

2.5 Acesso à justiça em seu aspecto formal, 56

2.6 Acesso à justiça como um problema ético-social, 59

2.7 Acesso à justiça e o princípio da igualdade, 60

2.8 Obstáculos ao acesso à justiça, 64

2.9 Formas alternativas de efetivação do acesso à justiça, 69

2.10 Direito fundamental à tutela jurisdicional célere e necessidade da tutela antecipatória, 72

2.11 Tutela jurisdicional célere e julgamento justo, 76

2.12 O direito à tutela judicial efetiva, 78

2.13 Direito fundamental a um processo penal sem dilações indevidas e acesso à justiça, 81

3. TUTELAS PROVISÓRIAS

3.1 Introdução, 89

3.2 Nomenclatura, 91

- 3.3 Tutela definitiva e tutela provisória, 93
 - 3.4 Tutela de evidência, 94
 - 3.5 Tutela antecipada, 97
 - 3.6 Tutela antecipada e medida cautelar: conceito e distinções, 101
 - 3.7 Medida liminar e antecipação de tutela, 105
 - 3.8 Requisitos para a concessão da tutela antecipada, 107
 - 3.9 Da possibilidade de concessão da tutela antecipada de ofício, 108
 - 3.10 Análise das expressões “prova inequívoca e verossimilhança da alegação”, 109
 - 3.11 Do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, 113
 - 3.12 Abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu, 116
 - 3.13 O momento da concessão da tutela antecipada, 118
 - 3.14 Da necessidade de fundamentação, 120
 - 3.15 Perigo da irreversibilidade da medida, 123
 - 3.16 Natureza jurídica da resolução parcial do mérito da causa, 128
 - 3.17 Da fungibilidade entre tutela antecipada e medida cautelar, 131
- 4. DAS AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO NO PROCESSO PENAL**
- 4.1 Introdução, 135
 - 4.2 Conceito e características da ação penal, 136
 - 4.3 Espécies de ações penais autônomas de impugnação, 137
 - 4.4 Do *habeas corpus*
 - 4.4.1 Breve histórico, 138
 - 4.4.2 Conceito, natureza, classificação e legitimidade, 140
 - 4.4.3 Hipóteses de cabimento, 143
 - 4.4.4 Competência, 147
 - 4.4.5 Procedimento, 148
 - 4.4.6 Dos recursos em *habeas corpus*, 149
 - 4.5 Mandado de segurança em matéria criminal
 - 4.5.1 Legitimidade e procedimento, 157
 - 4.6 Da revisão criminal

- 4.6.1 Conceito, 161
- 4.6.2 Natureza jurídica, 162
- 4.6.3 Hipóteses de cabimento, 164
- 4.6.4 Revisão criminal em sentença absolutória, 167
- 4.6.5 Revisão criminal *pro societate*, 169
- 4.6.6 *Reformatio in pejus* direta e indireta, 171
- 4.6.7 Revisão criminal nas decisões do júri, 175
- 4.6.8 Revisão criminal na Lei nº 9.099/95, 177
- 4.6.9 Competência e procedimento, 179
- 4.6.10 Oportunidade e legitimidade, 181
- 4.6.11 Indenização por erro judiciário, 182

5. TUTELA ANTECIPADA EM REVISÃO CRIMINAL

- 5.1 Introdução, 185
- 5.2 A lacuna existente no Código de Processo Penal, 187
- 5.3 A utilização da analogia para suprir a lacuna do Código de Processo Penal, 189
- 5.4 Inadequação do *habeas corpus* e da ação cautelar no processo de revisão criminal, 193
- 5.5 Tutela antecipada em ação rescisória, 198
- 5.6 Julgamento antecipado da lide no Processo Penal, 202
- 5.7 Efeitos da sentença penal condenatória, 208
- 5.8 Tutela antecipada em revisão criminal, 218
- 5.9 O ônus da prova na antecipação de tutela penal, 230
- 5.10 Antecipação de tutela e os demais efeitos da condenação, 238
- 5.11 Análise jurisprudencial, 244

6. CONCLUSÃO, 251

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 255